

RESUMO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025	
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	
PROCESSO Nº 2703.02/2025	
ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA	ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO DE R\$ 5,00 (cinco reais).
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
BASE LEGAL	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 017/2021, de 17/11/2021 e, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações.
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento de insumos, e materiais odontológicos, de forma parcelada, de interesse do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$	R\$ 637.962,14 (seiscentos e trinta e sete mil e novecentos e dois reais e catorze centavos).
REGIME DE EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO	FORNECIMENTO PARCELADO
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	07/05/2025 ÀS 20:00
DATA E HORA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15/05/2025 ÀS 23:59
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	15/05/2025 ÀS 23:59
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	20/05/2025 às 14:30
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA	20/05/2025 às 14:31
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO (MA) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE www.portaldecompraspublicas.com.br cpl@lagoagrande.ma.gov.br Endereço: Avenida 1º de Maio, SN – Centro – CEP: 65.718-000 – LAGOA GRANDE DO MARANHÃO (MA).	

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DOS RECURSOS	16
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2025	23
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES	33
ANEXO IV	34
TERMO DE REFERÊNCIA	34

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2703.02/2025
MODO DE DISPUTA ABERTO

O Município de LAGOA GRANDE DO MARANHÃO, Poder Executivo, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 017/2021, de 17/11/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 20 de maio de 2025

HORÁRIO: 14:30h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa para fornecimento de insumos, e materiais odontológicos, de forma parcelada, de interesse do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos formados por vários itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. (www.portaldecompraspublicas.com.br.)

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício

do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6.11. O impedimento de que trata o **item 2.6.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.6.2. e 2.6.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. O disposto nos **itens 2.6.2. e 2.6.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.9. A vedação de que trata o **item 2.6.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do grupo;

4.1.2. marca; se for o caso.

4.1.3. Quantidade cotada, devendo cotar a quantidade total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantidade inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estimados pela administração;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do grupo

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

- 5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.14.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.15.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.16.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.17.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.20.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.22.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.23.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.29.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.29.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.29.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.30.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.30.2. empresas brasileiras;

5.30.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.30.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.32. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.33. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.34. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.35. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.36. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro no Portal de Compras Públicas

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.9.1. conter vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 80% (oitenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Portal de Compras Públicas serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Portal de Compras Públicas ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#))

7.19.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.19.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.21 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.

7.22 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.23 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.24 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.25. Considerando o disposto no art. 63, II e III, da Lei nº 14.133/2021, a verificação da validade dos documentos de habilitação ocorrerá, tendo como referência, o dia em que estes forem efetivamente apresentados, e não a data de início da sessão.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.8. A existência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.lagoagrandedomaranhao.ma.gov.br>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANCÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.6. fraudar a licitação

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2. e 9.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#)

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico no Portal de Compras Públicas: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e endereço eletrônico: <https://transparencia.lagoagrande.ma.gov.br/licitacoes>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Modelo de Proposta de Preços

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III – Minuta de Declarações

11.11.4. ANEXO IV - Termo de Referência

Lagoa Grande do Maranhão (MA), 02 de maio de 2025

SKARLET POLICARPO ARAÚJO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CPF:018.712.653-47

ANEXO I

MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

À

Pregoeira do Município de LAGOA GRANDE DO MARANHÃO (MA)

Assunto: Proposta de Preços ref. ao PE nº ____/2025

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES:		E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME COMPLETO:		
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES:		E-MAIL:
DADOS DA BANCÁRIO		
BANCO	AGÊNCIA	C/C:

Apresentamos ao pregoeiro e sua equipe de apoio, nossa proposta referente ao fornecimento de insumos, e materiais odontológicos, de forma parcelada, de interesse do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA, conforme licitado pelo PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UND	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1						
	TOTALGERAL					

Nossa proposta tem preço total de R\$=.....(valor numérico e por extenso).

Condições de Pagamento: _____

Prazo de Entrega: _____

Validade da Proposta: _____

Declaro para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2025 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2025
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO Nº PE.XXXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO
MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA _____
MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA XXXX.

O Município de Lagoa Grande do Maranhão, por intermédio da _____ **Municipal de _____**, com sede na rua _____, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo (**NOME DA AUTORIDADE E CARGO**), nomeado pela Portaria nº XXXX, de XX/XX/XXXX, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e o resultado final do Pregão nº XXXX/XXXX, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O contrato tem como objeto o fornecimento de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de forma parcelada, de interesse da (o) _____, do município de Lagoa Grande do Maranhão, conforme e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Objeto da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UND	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1						
	TOTALGERAL					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (UM) ano contados da assinatura deste termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como a inexistência de registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$......(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/04/2025.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços/entrega dos bens, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

10.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias,

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20 .% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 15.% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 2, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício 2025, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade:

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de

2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.](#)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de LAGO DA PEDRA (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **LAGOA GRANDE DO MARANHÃO (MA)**, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

ANEXO III**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/2025****PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025**

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.
- 6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.
- 7) Que é () ME, () EPP ou () MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.
- 8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
- 9) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO IV
TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de insumos e materiais odontológicos, de forma parcelada, de interesse do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA.

1.2. As especificações e a demanda de consumo previsto encontram-se demonstrando no anexo I deste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 40, de 09 de agosto de 2023.

1.3. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que fornecimento contínuo consta no art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, sendo as “compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.6. Para as contratações subsequentes será admitida o acréscimo de quantitativos, conforme demonstrativo de aumento das demandas.

1.6.1. Estima-se que o aumento de quantitativos seja na faixa de 5 a 10%, que será demonstrado, quando for o caso.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 01612337000112-0-000004/2025;

Data da publicação no PNCP: 14/11/2024

ID do item no PCA (Fundo Municipal de Saúde):

Classe/Grupo: 78

2.3. Ademais, destaca-se que as demandas foram **apresentadas e aprovadas** por meio de despacho da Autoridade competente.

2.4. Destaca-se que as demandas foram apresentadas no **DFD nº 2703.02/2025**; e aprovada por meio de despacho da Autoridade competente.

JUSTIFICATIVAS

2.5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTES/GRUPOS

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

Ademais, a existência de várias empresas contratadas poderá trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais sinistros ocorrido

2.6. JUSTIFICATIVA DE NÃO EXCLUSIVIDADE PARA ME E EPP

É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123/2006). Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que caso na localidade não seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

Nesse ponto, cabe registrar que não foi encontrado, em pesquisa de mercado realizada para obter cotações válidas para balizar esta aquisição, o número mínimo de três fornecedores locais com a qualificação de micro e pequena empresa. Ademais, não se identificou ferramenta, cadastro ou outro instrumento seguro apto a sustentar a tomada de decisão desta

Secretaria acerca da vantajosidade de se garantir a exclusividade dos itens abaixo de 80 mil reais para as ME e EPP.

Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. A Secretaria Municipal de Saúde seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos.

Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal,). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, **DECIDO QUE ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.7. PARA VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

a. A decisão de vedação à participação de consórcios foi tomada com base na avaliação da realidade do mercado e nos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

b. Existem no mercado diversas empresas atuantes no ramo licitado que apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, demonstrando possuir condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza. Logo, a vedação à participação de consórcios, não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais não trazendo prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

c. Entende-se que a execução da operacionalidade e gestão do contrato a ser celebrado, poderão ser prejudicados, pois tornará mais complexa as atividades de fiscalização, a logística de execução dos serviços, exigindo dispêndio de mais capital humano para garantir a perfeita

execução das atividades. Ademais a Administração possui um número limitado de servidores com capacidade técnica que possam realizar a fiscalização de contratos celebrados com empresas consorciadas.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.0 . REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Será dada prioridade as contratações através de microempresas e empresas de pequeno porte;

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÃO DE ENTREGA

5.1. Os itens deverão estar de acordo com as especificações da proposta de preço apresentada.

5.2 O prazo de entrega dos objetos solicitados é de 15(quinze) dias contados da data do pedido e na quantidade demandada pela secretaria contratante.

5.3. O fornecedor está sujeito à fiscalização dos itens no ato da entrega reservando-se o responsável pelo recebimento o direito de não receber, caso não se encontre em condições satisfatórias.

LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

5.4. Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria solicitante, constante na ordem de compra, no Município de Lagoa Grande do Maranhão – MA.

GARANTIA DO PRODUTO:

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

6.6. Compete aos fiscais de contratos a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, e especialmente: (Art. 16 do Decreto Municipal 073/2024-GP).

I - agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;

II - conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;

III - manter registro de ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, as inspeções periódicas realizadas, as faltas

verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;

IV - avaliar e acompanhar, rotineiramente, a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência e na proposta, assim como os prazos de entrega/execução e de conclusão;

V - assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

VI - certificar-se de que:

a) contratada é quem executa o contrato;

b) existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

VII - verificar se a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e os serviços, quando assim determinar o contrato;

VIII - atestar, em documento hábil, juntamente com os gestor(es) de contratos, o fornecimento ou a entrega de bens e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;

IX - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, ao(s) gestor(es) do contrato que, após conferência, remeterá(ão) a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

X - apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços ou dos bens entregues, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

XI - atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassem sua competência ao(s) gestor(es) do contrato ou à autoridade competente;

XII - observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o(s) gestor(es) do contrato, prazo razoável para a medida saneadora;

XIII - providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;

XIV - indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;

XV - dar ciência ao(s) gestor(es) do contrato acerca da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

XVI - comunicar, formalmente, ao(s) gestor(es) do contrato o inadimplemento parcial ou total do que foi pactuado, registrando as providências adotadas para fins de materialização dos fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;

XVII - comunicar ao(s) gestor(es) do contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto;

XVIII - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, sobre quaisquer situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência

Fiscalização Técnica:

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II) e Decreto Municipal nº073, de 2024;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III) e Decreto Municipal nº073, de 2024;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

Fiscalização Administrativa:

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

Gestor do Contrato:

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra ou serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela

comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI) e Decreto Municipal nº073, de 2024.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da liquidação:

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso aos referido sistema, mediante consulta de riscos aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23. Deverá ser prosseguida a retenção de imposto de renda – IR. nos termos do Decreto Municipal vigente.

Reajuste

7.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/04/2025**;

7.25. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE,

7.26. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.27. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.28. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.29. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.31. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de forma **contínua e parcelada**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação da:

- a) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa.

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20.1. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da:

- a). Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- b). Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa.

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.20. No caso de exercício de atividade: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela **ANVISA**.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.25. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.

8.26. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente

8.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9. DA COMPROVAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

9.2 Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/simples/simples.htm>;

9.3 Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

9.4 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5 Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE.

9.6 Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.7 Cópia do Contrato Social e suas alterações;

9.8 Declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.9 Os documentos relacionados no subitem 9.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº 103, publicada no D.O (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

9.10 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.2 A **não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.10.1 implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. MÉTODO DE PESQUISA: Informamos que a pesquisa de preços foi realizada na plataforma Banco de Preços (www.bancodeprecos.com.br) contratado pela Prefeitura

Municipal, Banco de Preços da Saúde e Contratos de outros entes públicos com objeto similar. Caber frisar que este tipo de cotação está amparado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 065/2021, Decreto Municipal 041, de 09/01/2023.

Ressalta-se ainda que a metodologia utilizada para obtenção dos valores de mercado foi a disposta no inciso III, Art. 5º, da referida Instrução, conforme abaixo:

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

(...)

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso”.

10.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 637.962,14 (seiscentos e trinta e sete mil e novecentos e sessenta e dois reais e catorze centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste termo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO:	12 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA:	1201 – Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO:	10 – Saúde
SUB FUNÇÃO:	122 – Administração Geral
PROGRAMA:	0002 – Apoio Administrativo
PROJETO ATIVIDADE:	2.046 – Manutenção e Func. do Fundo Municipal de Saúde
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE DE RECURSO:	1500100200 – Receita de Imposto e Trans. – Saúde 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes



TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA / ESPÁTULA DE MADEIRA DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM TODA A SUA DIMENSÃO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	100	PACOTE	7,15	715,00
2	ABRIDOR DE BOCA TAMANHO INFANTIL, EM BORRACHA, MACIA E ATÓXICA, AUTOCLAVÁVEL E DE ALTA DURABILIDADE;	20	UNIDADE	7,89	157,80
6	AFASTADOR LABIAL ADULTO COM RETRATOR DE BOCHECHA E LINGUA, ESTERELIDADE: AUTOCLAVÁVEL - EMBALAGEM COM 1 UNIDADE;	10	UNIDADE	25,66	256,60
7	AFASTADOR LABIAL TIPO EXPANDEX INFANTIL FABRICADO EM MATERIAL FLEXÍVEL, AUTOCLAVÁVEL, PEÇA ÚNICA, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE;	10	UNIDADE	14,40	144,00
8	AFASTADOR MINESSOTA, NÃO CORTANTE, FABRICADO EM AÇO INOX, TAMANHO 14CM, AUTOCLAVÁVEL;	10	UNIDADE	15,96	159,60
10	AGULHA GENGIVAL CURTA, COMPRIMENTO DE 25MM, CALIBRE 30G (0,3MM) PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, BISEL TRIPLO, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	250	CAIXA	33,23	8.307,50
11	AGULHA GENGIVAL LONGA, COMPRIMENTO DE 38MM, CALIBRE 27G (0,4MM) PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, BISEL TRIPLO, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	250	CAIXA	47,61	11.902,50

12	AGULHA PARA SUTURA ODONTOLÓGICA COM FIO NYLON 5.0 - COM AGULHA CT 1/2 - 1,5CM, COMPRIMENTO FIO: 45CM, FIO NÃO-ABSORVÍVEL, MONOFILAMENTO, ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO - EMBALAGEM COM 24 UNIDADES	150	CAIXA	33,64	5.046,00
16	ALICATE PERFURADOR DE LENÇOL DE BORRACHA TIPO AINSWORTH, EM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	123,32	616,60
17	ALVEOLÓTOMO TIPO LUER, RETO, 15CM, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	10	UNIDADE	153,47	1.534,70
27	APLICADOR DESCATÁVEL DE HASTE DOBRÁVEL (1 DOBRA) E PONTA COM CERDAS DE NYLON NOS TAMANHOS: FINO 1,5MM (1/8 DE GOTA);	120	PACOTE	9,98	1.197,60
28	APLICADOR DESCATÁVEL DE HASTE DOBRÁVEL (1 DOBRA) E PONTA COM CERDAS DE NYLON NOS TAMANHOS: REGULAR 2,0MM (1,4 DE GOTA);	120	PACOTE	8,43	1.011,60
29	ARCO DE YOUNG ADULTO AUTOCLAVÁVEL EM PLÁSTICO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO, USO EM ODONTOLOGIA;	10	UNIDADE	27,00	270,00
33	AVENTAL PLUMBÍFERO/COLETE DE CHUMBO PROTETOR DE RAIOS X ODONTOLÓGICO, ADULTO, COM BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA, OMBREIRA ALCOCHOADA, POLÍMEROS DE PVC PLASTIFICADO E PARTÍCULAS DE METAL. COM PROTETOR DE TIREÓIDE, TAM. APROXIMADO 110CM X 60CM.	3	UNIDADE	612,77	1.838,31
81	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO - 01 TUBO DE PASTA BASE 13G + 01 TUBO DE CATALISADOR 11G + BLOCO DE MISTURA;	25	UNIDADE	68,13	1.703,25
82	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO / SULFATO DE ZINCO COM FLÚOR, EMBALAGEM COM 20 A 25G;	60	UNIDADE	7,51	450,60
87	CONE DE GUTA PERCHA ASSESSÓRIO FF, 28MM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM COM 120 UNIDADES;	30	CAIXA	36,22	1.086,60
88	CONE DE GUTA PERCHA ASSESSÓRIO R7:XF, 28MM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM COM 120 UNIDADES;	30	CAIXA	31,16	934,80

89	CONE DE GUTA PERCHA PRINCIPAL CALIBRADA DE 1ª SÉRIE DE 15 A 40, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, EMBALAGEM COM 120 UNIDADES;	20	CAIXA	42,44	848,80
90	CONE DE GUTA PERCHA PRINCIPAL CALIBRADA DE 2ª SÉRIE DE 45 A 80, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, EMBALAGEM COM 120 UNIDADES;	30	CAIXA	46,93	1.407,90
91	CONE DE GUTA PERCHA TIP E TAPER COMÁTÍVEL COM F4-F5, PARA PREPAROS QUE TERMINEM COM A CONICIDADE 04 E 06, CAIXA COM 60 UNIDADES;	60	CAIXA	36,05	2.163,00
92	CONE DE GUTA PERCHA TIP E TAPER COMPATÍVEL COM F1-F3 SORTIDO, PARA PREPAROS 020.007V, 025.008V, 030.009V, CAIXA COM 60 UNIDADES;	100	CAIXA	52,38	5.238,00
93	CONE DE GUTTA PERCHA SORTIDO 25/06, 35/04 e 40/04, EMBALAGEM CONTENDO 60 UNIDADES;	30	CAIXA	114,67	3.440,10
94	CONE DE PAPEL ABSORVENTE DE 1ª SÉRIE, DO 15 AO 40, FEITO EM PAPEL ABSORVENTE DE ALTA QUALIDADE ESTERILIZADO, CAIXA COM 200 PONTAS;	30	CAIXA	29,70	891,00
95	CONE DE PAPEL ABSORVENTE DE 2ª SÉRIE DE 45 A 80, FEITO EM PAPEL ABSORVENTE DE ALTA QUALIDADE ESTERILIZADO, CAIXA COM 200 PONTAS;	30	CAIXA	43,80	1.314,00
96	CONEDE GUTA PERCHA ASSESSÓRIO FM, 28MM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM COM 120 UNIDADES;	30	CAIXA	38,39	1.151,70
97	CONESDE GUTA PERCHA ACESSÓRIO FF/R8, EMBALAGEM COM 120 UNIDADES;	30	CAIXA	27,76	832,80

99	CONTRA-ÂNGULO ODONTOLÓGICO, FABRICADO EM MATERIAL METÁLICO COM TRATAMENTO CROMADO ACETINADO, COM DESIGN ERGONÔMICO, LINHAS ARREDONDADAS E RANHURAS ANTIDERRAPANTES. AUTOCLAVÁVEL A ATÉ 135°. SPRAY DE IRRIGAÇÃO INTERNO. FÁCIL ACOPLAMENTO. SISTEMA INTRA-GIRATÓRIO. DEVE ATINGIR ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM OU SUPERIOR. TRANSMISSÃO 1:1. PESO LÍQUIDO INFERIOR A 50,0 GRAMAS. BAIXO RUÍDO DE TRABALHO. LÂMINA-TRAVA PARA FIXAÇÃO DAS BROCAS OU SISTEMA PUSH BUTTON. UTILIZA BROCAS STANDARD, HASTE TIPO 1. (DEVERÁ SER, NECESSARIAMENTE, DA MESMA MARCA DO MICROMOTOR ODONTOLÓGICO - CÓDIGO CIN12963)	10	UNIDADE	373,27	3.732,70
102	CUBA INOX REDONDA 8X6 CM, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	15	UNIDADE	15,99	239,85
103	CUNHA ANATÔMICA DE MADEIRA - EM CORES SORTIDAS, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. DESCARTÁVEL;	30	CAIXA	25,30	759,00
104	CURETA ALVEOLAR DE LUCAS 86, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	9,05	45,25
105	CURETA PERIO/FOICE RASPADOR PONTA MORSE 0-00, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, AUTOCLAVÁVEL, CABO 8MM;	15	UNIDADE	24,30	364,50
106	CURETA PERIODONTAL, AÇO INOXIDÁVEL GRACEY 13/14, CORTANTE, NÃO ARTICULADO, CABO OCO 9,5MM, AUTOCLAVÁVEL;	15	UNIDADE	39,16	587,40
107	CURETA PERIODONTAL, AÇO INOXIDÁVEL, GRACEY 5/6, CORTANTE, NÃO ARTICULADO, CABO OCO 9,5MM, AUTOCLAVÁVEL;	15	UNIDADE	60,15	902,25
108	CURETA PERIODONTAL, AÇO INOXIDÁVEL, GRACEY 7/8, CORTANTE, NÃO ARTICULADO, CABO OCO 9,5MM, AUTOCLAVÁVEL;	15	UNIDADE	57,02	855,30

109	CURETA PERIODONTAL, AÇO INOXIDÁVEL, GRACEY 9/10, CORTANTE, NÃO ARTICULADO, CABO OCO 9,5MM, AUTOCLAVÁVEL;	15	UNIDADE	64,21	963,15
110	CURETA PERIODONTAL, AÇO INOXIDÁVEL, MODELO GRACEY 11/12, CABO OCO 9,5MM, AUTOCLAVÁVEL;	15	UNIDADE	55,37	830,55
112	DESCOLADOR PERIOSTEO MOLT 2-4, AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, AUTOCLAVÁVEL, CABO ANATÔMICO;	15	UNIDADE	51,75	776,25
116	ESCAVADOR DE DENTINA, NUMEROS ENTRE 5 A 19, EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO OITAVADO, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	9,81	294,30
120	ESPAÇADOR DIGITAL EM NÍQUEL-TITÂNIO, BLISTER COM 04 UNID DE 25MM CADA, NOS TAMANHOS A, B, C E D;	5	CAIXA	79,56	397,80
163	LENÇOL DE BORRACHA, PARA ISOLAMENTO CAIXA COM 26 UNIDADES DE 13X13 CM, EM LÁTEX BORRACHA NATURAL, COR AZUL;	20	CAIXA	25,77	515,40
235	RESTAURADOR PROVISÓRIO A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO / SULFATO DE ZINCO - EMBALAGEM COM 20G;	40	UNIDADE	8,05	322,00
236	RESTAURADOR TEMPORÁRIO A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO, EMBALAGEM COM 50G;	40	UNIDADE	20,24	809,60
	TOTAL GERAL ESTIMADO				67.015,66

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
18	ANESTÉSICO INJETÁVEL COM VASO A 3% CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 30MG/ML. CAIXAS COM 50 TUBETAS, COM 1,8ML CADA;	120	CAIXA	120,79	14.494,80
19	ANESTÉSICO LOCAL COM VASO CONSTRICTOR (CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA E FENILEFRINA) CX COM 50 TUBETES;	100	CAIXA	148,09	14.809,00
20	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA A 3% SEM VASO CONSTRICTOR C/ 50 TUBETES;	100	CAIXA	135,94	13.594,00
21	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA COM EPINEFRINA A 2% CX/ COM 50 TUBETES;	150	CAIXA	132,99	19.948,50
22	ANESTÉSICO SOLUÇÃO ESTÉRIL DE ARTICÁINA 4% COM EPINEFRINA 1:100.000 ACONDICIONADOS EM CARPULES DE 1,8ML CADA. EMBALAGEM COM 50 TUBETES;	120	CAIXA	171,81	20.617,20
23	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA EM GEL A 20%, COM SABOR AGRADÁVEL, EMBALAGEM COM 12GRAMAS;	300	UNIDADE	11,57	3.471,00
24	ANESTÉSICO TÓPICO CLORIDRATOS DE LIDOCAÍNA 2% COM VASOCONSTRICTOR FENILEFRINA 0,0004G - 1:100.000 - CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8ML CADA;	100	CAIXA	96,99	9.699,00
	TOTAL GERAL ESTIMADO				96.633,50

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
86	CONDICIONADOR ÁCIDO POLIACRÍLICO 11,5% - EMBALAGEM COM 10G;	40	UNIDADE	57,76	2.310,40
100	CREME DENTAL ADULTO, 50G, COM FLÚOR, 01 BISNAGA;	1500	UNIDADE	1,64	2.460,00
101	CREME DENTAL INFANTIL, 50G, COM FLÚOR, 01 BISNAGA;	1500	UNIDADE	3,69	5.535,00
111	DEGERMANTE/ANTISSÉPTICO TÓPICO CLOREXIDINA 2%, 1L;	20	FRASCO	17,38	347,60
113	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA MANUAL, DE 4 A 5 ENZIMAS, PH NEUTRO, EMBALAGEM COM 5 LITROS;	120	LITRO	72,27	8.672,40
114	EDTA TRISSÓDICO SOLUÇÃO LÍQUIDA, AGENTE QUELANTE, FRASCO CONTENDO 20 ML;	20	FRASCO	8,30	166,00
115	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOSSELANTE 90X260MM - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES;	60	CAIXA	23,08	1.384,80
117	ESCOVA DENTAL ADULTO, NYLON MACIO, CORES SORTIDAS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE;	1500	UNIDADE	1,28	1.920,00
118	ESCOVA DENTAL INFANTIL, NYLON MACIO, CORES SORTIDAS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE;	1500	UNIDADE	1,39	2.085,00
119	ESCOVA ROBINSON CÔNICA, PARA CONTRA ÂNGULO, CERDAS MACIAS;	1500	UNIDADE	1,67	2.505,00
121	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA PARA USO TÓPICO, SOLUÇÃO 500ML;	40	UNIDADE	34,42	1.376,80
122	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA 5.0 - CAIXA C/24 UNIDADES;	100	CAIXA	25,97	2.597,00
123	FIO DENTAL - EMBALAGEM COM 100M. FIO DE POLIAMIDA, COM ESPESSURA MEDICA REGULAR, REVESTIDO COM CERA MINERAL, EMBALADO EM ESTOJO DE PLASTICO REGIDO, COM CORTAFO DE FIO.	1500	UNIDADE	2,37	3.555,00

124	FIO DENTAL - EMBALAGEM COM 500M. FIO DE POLIAMIDA, COM ESPESSURA MEDICA REGULAR, REVESTIDO COM CERA MINERAL, EMBALADO EM ESTOJO DE PLASTICO REGIDO, COM CORTAFO DE FIO.	200	UNIDADE	13,16	2.632,00
125	FITA ADESIVA INDICADORA PARA AUTOCLAVE, ROLO DE 19MMX30M;	200	UNIDADE	7,37	1.474,00
126	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA - EMBALAGEM COM MATRIZ DE AÇO 0,05X7MMX50CM;	100	UNIDADE	1,55	155,00
127	FIXADOR PARA RADIOGRAFIA. AGENTE e de bissulfito de sódio.FRASCO COM MINIMO DE 475ML;	80	FRASCO	35,02	2.801,60
128	FLÚOR EM GEL ACIDULADO 1,23% - EMBALAGEM COM 200ML.	150	UNIDADE	8,88	1.332,00
129	FLÚOR EM GEL PH NEUTRO, A BASE DE FLUORETO DE SÓDIO 2%, 200ML, SOLÚVEL EM ÁGUA, TIXOTRÓPICO, COM SABOR	150	UNIDADE	4,05	607,50
139	FORMOCRESOL, EMBALAGEM COM 10ML, COMPOSIÇÃO FORMALDEÍDO, O-CRESOL, GLICERINA E ÁGUA PURIFICADA	5	UNIDADE	14,80	74,00
141	GÁS REFRIGERANTE ENDO TEST, APLICAÇÃO EM TESTE DE VITALIDADE PULPAR, ELEMENTO BASICO PROPANO/BUTANO	40	UNIDADE	38,57	1.542,80
146	HIDROCORTISONA 10MG + SULFATO DE NEOMICINA 5MG + SULFATO DE POLIMIXINA B 10000UI SOLUÇÃO OTOLÓGICA 10ML	40	UNIDADE	15,75	630,00
147	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. - EMBALAGEM COM 10G.	40	UNIDADE	4,36	174,40
148	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%: FRASCO DE 1L	20	UNIDADE	16,35	327,00
149	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% (SOLUÇÃO DE MILTON) EMBALAGEM COM 01 LITRO	20	FRASCO	7,27	145,40
150	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5% (SODA CLORADA) EMBALAGEM COM 01 LITRO	20	FRASCO	11,38	227,60
159	KIT ESCOVAÇÃO PARA AÇÃO SOCIAL CONTENDO ESCOVA ADULTO, FIO DENTAL E CREME DENTAL;	2500	KIT	6,33	15.825,00
160	KIT ESCOVAÇÃO PARA AÇÃO SOCIAL CONTENDO ESCOVA INFANTIL, FIO DENTAL E CREME DENTAL;	2500	KIT	8,03	20.075,00

161	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL N 11, CAIXA COM 100;	60	CAIXA	41,91	2.514,60
162	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL N 15, CAIXA COM 100;	60	CAIXA	37,76	2.265,60
186	LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS CIRURGICOS, COMPOSTOS POR ÓLEOS MINERAIS SEM SILICONE, NÃO IÔNICO - EMBALAGEM DE 100ML COM BICO;	24	UNIDADE	80,63	1.935,12
	TOTAL GERAL ESTIMADO				89.653,62

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 4

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
187	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL – TAMANHO 7.0 – UNIDADE COM 1 PAR;	300	PAR	1,89	567,00
188	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL – TAMANHO 7.5 – UNIDADE COM 1 PAR;	300	PAR	1,55	465,00
189	LUVA EM LÁTEX PARA PROCEDIMENTO – CAIXA COM 50 PARES – TAMANHO G;	300	CAIXA	25,95	7.785,00
190	LUVA EM LÁTEX PARA PROCEDIMENTO – CAIXA COM 50 PARES – TAMANHO M;	600	CAIXA	29,40	17.640,00
191	LUVA EM LÁTEX PARA PROCEDIMENTO – CAIXA COM 50 PARES – TAMANHO M - SEM PÓ;	300	CAIXA	38,93	11.679,00
192	LUVA EM LÁTEX PARA PROCEDIMENTO – CAIXA COM 50 PARES – TAMANHO P;	1300	CAIXA	35,01	45.513,00
193	LUVA EM LÁTEX PARA PROCEDIMENTO – CAIXA COM 50 PARES – TAMANHO PP;	300	CAIXA	27,35	8.205,00
194	LUVA EM LÁTEX PARA PROCEDIMENTO – CAIXA COM 50 PARES – TAMANHO P - SEM PÓ;	300	CAIXA	24,97	7.491,00
	TOTAL GERAL ESTIMADO				99.345,00

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 5

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
3	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% - SERINGA A BASE DE ÁCIDO FOSFÓRICO COM PONTEIRA DE APLICAÇÃO. EMBALAGEM COM 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA E PONTEIRAS DE APLICAÇÃO;	400	PACOTE	7,71	3.084,00
4	ADAPTADOR PARA SUGADOR DE SILICONE FLEXÍVEL E ATÓXICO, AUTOCLAVÁVEL, CORES DIVERSAS;	20	UNIDADE	17,51	350,20
5	ADESIVO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL – ESMALTE E DENTINA, ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE E DENTINA, COM CARGA DE NANOPARTÍCULAS DE 5NM, SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL, PRIMER E ADESIVO; FRASCO ÚNICO, CONTENDO 6 G (5,6ML).	140	UNIDADE	141,80	19.852,00
9	ÁGUA DESTILADA, GALÃO DE 5 LITROS;	100	GALÃO	16,73	1.673,00
13	ÁLCOOL ETÍLICO 70% HIDRATADO EM 70º INPM, LÍQUIDO - FRASCO 1L;	1000	FRASCO	8,56	8.560,00
14	ALGODÃO EM ROLETE, HIDRÓFILO, 100% ALGODÃO – PACOTE C/ 100 UNID;	1000	PACOTE	8,37	8.370,00
15	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO, PACOTE DE 500 G, NÃO ESTÉRIL;	400	PACOTE	17,92	7.168,00
25	ANTISSÉPTICO BUCAL CLOREXIDINA A 0,12% 1 LITRO, SEM ÁLCOOL, SABOR HORTELÃ;	80	FRASCO	20,15	1.612,00

32	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA, COM PUNHO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. GRAMATURA: 30G. FABRICADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), 100% POLIPROPILENO + FIO RECOBERTO.RESISTENTE À UMIDADE, À ABRASÃO E À AÇÃO DE FUNGOS E BACTÉRIAS. ATÓXICO. ANTIALÉRGICO. NÃO ESTÉRIL. NÃO ABSORVE LÍQUIDOS. COM TIRAS DE AMARRAÇÃO.	60	PACOTE	20,48	1.228,80
34	BABADOR DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL DE ALTA QUALIDADE, BRANCO OU COLORIDO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES;	160	PACOTE	18,80	3.008,00
77	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE, CAPACIDADE 3L COM SACOLA DE REVESTIMENTO, REFORÇADA, FUNDADESO DE PAPELÃO E CINTA E BANDEJA INTERNA, TRAVA DE SEGURANÇA E ALÇA DUPLA.	70	UNIDADE	2,54	177,80
78	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE, CAPACIDADE 7L COM SACOLA DE REVESTIMENTO, REFORÇADA, FUNDADESO DE PAPELÃO E CINTA E BANDEJA INTERNA, TRAVA DE SEGURANÇA E ALÇA DUPLA	50	UNIDADE	3,92	196,00
80	CIMENTO ENDODÔNTICO OBTURADOR DE CANAIS RADICULARES A BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, BIOCOMPATÍVEL, KIT COM 01 TUBO DE RESINA EPOXI COM 9G + 01 FRASCO DE PÓ COM 8G DE TRI[OXIDO DE BISMUTO, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, UROTROPINA E DIÓXIDO DE TITÂNIO.	10	UNIDADE	68,13	681,30
83	COLGADURA/GRAMPO SIMPLES INDIVIDUAL FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, DE FÁCIL MANUSEIO, INDICADA PARA PRENDER PELÍCULA DE RAIOS X;	50	UNIDADE	5,77	288,50
84	COMPRESSA DE GAZE 9 FIOS NÃO ESTÉRIL, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, DIMENSÕES 7,5X7,5CM MEDIDA FECHADA, PURO ALGODÃO, USO ÚNICO- EMBALAGEM COM 500 UNIDADES;	700	PACOTE	47,97	33.579,00

151	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO - PÓ MAIS LÍQUIDO	60	UNIDADE	40,38	2.422,80
209	PEÇA RETA ODONTOLÓGICA FABRICADA EM MATERIAL METÁLICO COM TRATAMENTO CROMADO ACETINADO, COM LINHAS ARREDONDADAS E RANHURAS ANTIDERRAPANTE. AUTOCLAVÁVEL A ATÉ 135°. FÁCIL ACOPLAMENTO. SISTEMA INTRA- GIRATÓRIO. SPRAY DE IRRIGAÇÃO INTERNO. DEVE ATINGIR ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM OU SUPERIOR. TRANSMISSÃO 1:1. PESO LIQUIDO INFERIOR A 50,0 GRAMAS. BAIXO RUIDO DE TRABALHO. BROCAS FIXADAS ATRAVÉZ DE GIRO DE ANEL. UTILIZA BROCAS STANDARD, HASTE TIPO 2. (DEVERÁ SER, NECESSARIAMENTE, DA MESMA MARCA DO MICROMOTOR – CÓDIGO CIN12963)	10	UNIDADE	290,01	2.900,10
215	PORTA ALGODÃO, EM INOX, COM MOLA, 8X10CM, AUTOCLAVÁVEL;	10	UNIDADE	45,83	458,30
216	POTE DAPPEN DE VIDRO SEM TAMPAS, VIDRO TRANSPARENTE, POLIDO, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	10,40	312,00
217	PRENDEDOR DE BABADOR/JACARÉ, CORRENTE EM AÇO INOXIDÁVEL, 01 UNIDADE;	12	UNIDADE	9,10	109,20
218	RÉGUA ENDODÔNTICA MILIMETRADA CALIBRADORA PARA CONES DE GUTA PERCHA, CALIBRAGEM PRECISA, AUTOCLAVÁVEL E DE ALTA DURABILIDADE;	10	UNIDADE	23,35	233,50
	TOTAL GERAL ESTIMADO				96.264,50

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 6

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
219	RESINA COMPOSTA FLUÍDA A1 - EMBALAGEM COM 2,4 G FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPOSITO HÍBRIDO, FUIDA, TIXOTRÓPICA, RADIOPACA, INCLUINDO PONTEIRAS DE APLICAÇÃO;	50	UNIDADE	35,69	1.784,50
220	RESINA COMPOSTA FLUÍDA A2 - EMBALAGEM COM 2,4 G FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPOSITO HÍBRIDO, FUIDA, TIXOTRÓPICA, RADIOPACA, INCLUINDO PONTEIRAS DE APLICAÇÃO;	50	UNIDADE	37,26	1.863,00
221	RESINA COMPOSTA FLUÍDA A3 - EMBALAGEM COM 2,4 G FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPOSITO HÍBRIDO, FUIDA, TIXOTRÓPICA, RADIOPACA, INCLUINDO PONTEIRAS DE APLICAÇÃO;	50	UNIDADE	37,26	1.863,00
222	RESINA COMPOSTA FLUÍDA A3,5 - EMBALAGEM COM 2,4 G FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPOSITO HÍBRIDO, FUIDA, TIXOTRÓPICA, RADIOPACA, INCLUINDO PONTEIRAS DE APLICAÇÃO;	50	UNIDADE	37,16	1.858,00
223	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A1, COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, COMPATIBILIDADE: QUALQUER SISTEMA ADESIVO	50	UNIDADE	86,49	4.324,50

224	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHÍBRIDA COR A2, COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, COMPATIBILIDADE: QUALQUER SISTEMA ADESIVO	50	UNIDADE	96,42	4.821,00
225	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHÍBRIDA COR A3, COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, COMPATIBILIDADE: QUALQUER SISTEMA ADESIVO	50	UNIDADE	89,51	4.475,50
226	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHÍBRIDA COR A3,5, COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, COMPATIBILIDADE: QUALQUER SISTEMA ADESIVO	50	UNIDADE	84,64	4.232,00
227	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHÍBRIDA COR B1, COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, COMPATIBILIDADE: QUALQUER SISTEMA ADESIVO	50	UNIDADE	84,59	4.229,50
228	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHÍBRIDA COR B2, COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO E PARTÍCULAS PRÉ-POLIMERIZADAS, COMPATIBILIDADE: QUALQUER SISTEMA ADESIVO	50	UNIDADE	90,99	4.549,50
229	RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVA A1,5 - EMBALAGEM COM 4G;	50	UNIDADE	96,88	4.844,00
230	RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVA A2 - EMBALAGEM COM 4G;	50	UNIDADE	96,88	4.844,00

231	RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVA A2,5 - EMBALAGEM COM 4G;	50	UNIDADE	96,88	4.844,00
232	RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVA A3,0- EMBALAGEM COM 4G;	50	UNIDADE	96,88	4.844,00
233	RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVA B2 - EMBALAGEM COM 4G;	50	UNIDADE	96,88	4.844,00
234	RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVA C1 - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 4G, EM MATERIAL OPACO, EMBOLO ROSQUEÁVEL. EMBALAGEM COM LACRE INVIOVÁVEL CONTENDO 01 SERINGA. CADA BISNAGA EQUIVALE A 1 PEÇA.	50	UNIDADE	96,88	4.844,00
237	REVELADOR RADIOGRÁFICO - EMBALAGEM COM 475ML, SOLUÇÃO PRONTA PRA USO.;	80	UNIDADE	20,93	1.674,40
238	SELADORA DE MESA COM CORPO BASE E ALÇA SUPERIOR EM AÇO INOX E ÁREA DE SELAGEM DE 250 X 12 MM. 220 V;	2	UNIDADE	353,72	707,44
239	SELANTE DE CICATRICULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM FLÚOR, COR BRANCO LEITOSO OU OPACO, SERINGA COM 2G;	40	UNIDADE	17,10	684,00
240	SERINGA CARPULE COM REFLUXO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	46,28	1.388,40
241	SERINGA DE BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, 01 SERINGA COM PONTEIRA;	40	UNIDADE	8,69	347,60
242	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA ODONTOLOGICA, ATÓXICA E SEM EPINEFRINA, PARA USO TÓPICO, 10ML;	40	UNIDADE	23,30	932,00
243	SONDA EXPLORADORA Nº 05, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	25	UNIDADE	19,97	499,25
244	SONDA MILIMETRADA OMS, CABO OCO DE 8MM, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	10	UNIDADE	45,38	453,80
245	STOP/CURSOR EM SILICONE, AUTOCLAVÁVEL, ESPESSURA DE 1,0MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES;	6	UNIDADE	17,26	103,56
246	STOP/CURSOR EM SILICONE, AUTOCLAVÁVEL, ESPESSURA DE 1,0MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES;	6	UNIDADE	17,26	103,56

247	SUGADOR ENDODÔNTICO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, ATÓXICO, PACOTE COM 20 UNIDADES;	80	PCAOTE	17,50	1.400,00
248	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTAVEL, EM PCV MACIO E ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES;	150	PACOTE	14,17	2.125,50
	TOTAL GERAL ESTIMADO				73.484,01

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 7

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
35	BANDEJA RETANGULAR DE USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL INOX, LIVRE DE REBARBAS, SEM SEPARAÇÃO, TAMANHO: 22,9 X 13 X 1CM;	50	UNIDADE	23,07	1.153,50
36	BROCA CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO 702, 25MM, 100% CARBONETO DE TUNGSTÊNIO K20 DE GRÃO FINO, AUTOCLAVÁVEL;	140	UNIDADE	9,30	1.302,00
37	BROCA CÔNICA 700, DE ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL EM CARBIDE, HASTE EXTRA LONGA, CORTE CRUZADO, CIRURGICA;	140	UNIDADE	16,79	2.350,60
38	BROCA ESFÉRICA Nº 1 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 22MM;	120	UNIDADE	6,89	826,80
39	BROCA ESFÉRICA Nº 1 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 28MM;	120	UNIDADE	5,64	676,80
40	BROCA ESFÉRICA Nº 2 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 22MM;	120	UNIDADE	5,58	669,60
41	BROCA ESFÉRICA Nº 2 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 28MM;	120	UNIDADE	5,66	679,20
42	BROCA ESFÉRICA Nº 3 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 22MM;	120	UNIDADE	7,86	943,20
43	BROCA ESFÉRICA Nº 3 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 28MM;	120	UNIDADE	7,33	879,60
44	BROCA ESFÉRICA Nº 4 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 22MM;	120	UNIDADE	9,17	1.100,40
45	BROCA ESFÉRICA Nº 4 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 28MM;	120	UNIDADE	9,32	1.118,40
46	BROCA ESFÉRICA Nº 5 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 22MM;	120	UNIDADE	7,17	860,40

47	BROCA ESFÉRICA Nº 5 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 28MM;	120	UNIDADE	7,17	860,40
48	BROCA ESFÉRICA Nº 6 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 22MM;	120	UNIDADE	9,93	1.191,60
49	BROCA ESFÉRICA Nº 6 EM AÇO 100% CARBIDE, MODELO CONTRA ÂNGULO/BAIXA ROTAÇÃO 28MM;	120	UNIDADE	9,93	1.191,60
50	BROCA MODELO ENDO Z, TRONCO-CÔNICA, PRODUZIDA EM AÇO CARBIDE, COM PONTA INATIVA, 25MM, ALTA ROTAÇÃO;	30	UNIDADE	27,64	829,20
51	BROCA MODELO ENDO Z, TRONCO-CÔNICA, PRODUZIDA EM AÇO CARBIDE, COM PONTA INATIVA, 25MM, BAIXA ROTAÇÃO;	10	UNIDADE	28,72	287,20
52	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	2,57	308,40
53	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011HL, HASTE LONGA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	3,13	93,90
54	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	3,17	380,40
55	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012HL, HASTE LONGA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	2,21	66,30
56	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	4,43	531,60
57	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013HL, HASTE LONGA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	4,43	531,60
58	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	3,34	100,20

59	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014HL, HASTE LONGA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	3,75	450,00
60	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	3,86	115,80
61	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015HL, HASTE LONGA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	3,00	360,00
62	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	3,04	91,20
63	BROCA PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016HL, HASTE LONGA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	3,25	390,00
64	BROCA PONTA DIAMANTADA CÔNICA ALTA ROTAÇÃO Nº 2135, TOPO ARREDONDADO, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	2,47	296,40
65	BROCA PONTA DIAMANTADA CÔNICA ALTA ROTAÇÃO Nº3082 COM EXTREMIDADE INATIVA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	2,58	77,40
66	BROCA PONTA DIAMANTADA CÔNICA ALTA ROTAÇÃO Nº3083 COM EXTREMIDADE INATIVA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	30	UNIDADE	2,56	76,80
67	BROCA PONTA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA ALTA ROTAÇÃO Nº 1047, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	2,69	322,80
68	BROCA PONTA DIAMANTADA PÊRA ALTA ROTAÇÃO Nº 1150, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	2,30	276,00

69	BROCA PONTA DIAMANTADA PONTA CHAMA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	120	UNIDADE	4,22	506,40
70	BROCAS DE GATES-GLIDDEN Nº 1 , DIÂMETRO 0.50MM, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO, COMPRIMENTO 28 MM;	30	UNIDADE	5,46	163,80
71	BROCAS DE GATES-GLIDDEN Nº 2, 0.70MM DE DIÂMETRO, EM AÇO CARBONO, BAIXA ROTAÇÃO, DE 28 MM;	30	UNIDADE	8,03	240,90
72	BROCAS DE GATES-GLIDDEN Nº 3, 0.90MM DE DIÂMETRO, EM AÇO CARBONO, BAIXA ROTAÇÃO, DE 28 MM	30	UNIDADE	7,47	224,10
73	BROCAS DE GATES-GLIDDEN Nº 4, DIÂMETRO 1.10MM, EM AÇO CARBONO, BAIXA ROTAÇÃO, DE 28 MM;	30	UNIDADE	7,59	227,70
74	BROQUEIRO/PORTA BROCAS COM 15 FUROS AUTOCLAVÁVEL PARA ACOMODAR BROCAS DE ALTA E DE BAIXA ROTAÇÃO;	15	UNIDADE	16,68	250,20
75	CABO PARA BISTURI Nº 03, EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO 13CM; AUTOCLAVÁVEL;	20	UNIDADE	9,93	198,60
76	CABO PARA ESPELHO BUCAL EM ALUMÍNIO, TAMANHO PADRÃO 13CM, AUTOCLAVÁVEL;	80	UNIDADE	5,74	459,20

79	CANETA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO, COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FABRICADA EM MATERIAL METÁLICO COM TRATAMENTO CROMADO ACETINADO, DESIGN ERGONÔMICO, LINHAS ARREDONDADAS, RANHURAS ANTIDERRAPANTES E EXTREMIDADE INCLINADA. CABEÇA MEDIANA COM DIÂMETRO MÁXIMO DE 12,5MM E ALTURA DE 17MM. AUTOCLAVÁVEL A ATÉ 135°C. CONEXÃO BORDEN. SPLAY TRIPLO OU QUÁDRUPLO DISTRIBUIDO SIMETRICAMENTE EM DIREÇÃO À PONTA DA BROCA. DEVE ATINGIR ROTAÇÃO DE 420.000 RPM OU SUPERIOR. ROTORES PRECISAMENTE BALANCEADOS. PESO LÍQUIDO IGUAL OU INFERIOR A 50 GRAMAS. BAIXO RUIDO DE TRABALHO. FIXAÇÃO DAS BROCAS: SISTEMA PUSH BUTTON - ACIONAMENTO ATRAVÉS DE UM BOTÃO LOCALIZADO NA PARTE DE TRÁS DA CABEÇA DA PEÇA DE MÃO - PERMITE A TROCA RÁPIDA DAS BROCAS - DISPENSA A UTILIZAÇÃO DO SACA BROCAS	10	UNIDADE	440,60	4.406,00
130	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 150, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	89,12	445,60
131	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 151, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	88,49	442,45
132	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 16, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	73,57	367,85
133	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 17, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	76,66	383,30
134	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 18L, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	81,63	408,15
135	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 18R, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	82,25	411,25
136	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 65, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	76,08	380,40
137	FÓRCEPS DENTAL ADULTO N 69, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	72,32	361,60

138	FÓRCEPS DENTAL INFANTIL N 150, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	85,83	429,15
142	GRAMPO N°209 PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM ODONTOLOGIA	10	UNIDADE	13,25	132,50
143	GRAMPO N°212 PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO, USO EM ODONTOLOGIA	10	UNIDADE	15,97	159,70
144	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO N° 205, USO EM ODONTOLOGIA	10	UNIDADE	16,00	160,00
145	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO N°26	5	UNIDADE	16,06	80,30
196	MÁSCARA PARA PROTEÇÃO FACIAL TRIPLA CAMADA COM ELÁSTICO, COR BRANCA - CAIXA COM 50 UNIDADES;	400	CAIXA	5,28	2.112,00
197	MÁSCARA PARA PROTEÇÃO FACIAL TRIPLA CAMADA COM ELÁSTICO, COR VERDE, CAIXA COM 50 UNIDADES;	300	CAIXA	6,24	1.872,00
199	MICROMOTOR ODONTOLÓGICO, FABRICADO EM MATERIAL METÁLICO COM TRATAMENTO CROMADO ACETINADO, COM DESIGN ERGONÔMICO, LINHAS ARREDONDADAS, RANHURAS ANTIDERRAPANTES E INDICAÇÃO DE SENTIDO NO ANEL DE REGULAGEM DE ROTAÇÃO. AUTOCLAVÁVEL, A ATÉ 135°C. ENCAIXE BORDEN; SPLAY DE IRRIGAÇÃO INTERNO. ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM OU SUPERIOR. COM REGULAGEM DE ROTAÇÃO/INVERSÃO NO CORPO DO MICROMOTOR. PRESSÃO DE AR DE TRABALHO 40 LIBRAS (PSI). ACOPLAMENTO ATRAVÉS DO SISTEMA INTRA. PESO LÍQUIDO INFERIOR A 85 GRAMAS. ALTO TORQUE. BAIXO RUÍDO DE TRABALHO. (DEVERÁ SER, NECESSARIAMENTE, DA MESMA MARCA DO CONTRA-ÂNGULO - CÓDIGO CIN12962 E DA PEÇA RETA - CÓDIGO CIN 12964)	10	UNIDADE	370,78	3.707,80
202	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR ÓCULOS DE SEGURANÇA EM POLICARBONATO, LENTE INCOLOR E A HASTE DO ÓCULOS EM POLICARBONATO;	30	UNIDADE	6,75	202,50

203	PAPEL CARBONO EM FILME PARA ARTICULAÇÃO/OCLUSÃO, ESPESSURA ULTRAFINA, DUPLA COR, DIMENSÕES 76 x 22MM, EMBALAGEM COM 12 TIRAS;	60	UNIDADE	13,16	789,60
204	PAPEL GRAU CIRÚRGICO – CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FILME LAMINADO, INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO, ROLO 15CM X 100M;	60	ROLO	65,88	3.952,80
205	PAPEL GRAU CIRÚRGICO – CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FILME LAMINADO, INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO, ROLO 30CM X 100M;	60	ROLO	114,45	6.867,00
206	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO PARA USO ENDODÔNTICO, CAIXA CONTENDO: 2 TUBETES PLÁSTICOS, CADA UM COM 2,7G DE PASTA CADA TUBETE E 2 TUBETES PLÁSTICOS COM 2,2G DE GLICERINA	10	CAIXA	90,57	905,70
207	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO SEM PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO PARA USO ENDODÔNTICO, CAIXA CONTENDO: 2 TUBETES PLÁSTICOS, CADA UM COM 2,7G DE PASTA CADA TUBETE E 2 TUBETES PLÁSTICOS COM 2,2G DE GLICERINA	10	CAIXA	79,81	798,10
208	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR, COM SABOR - EMBALAGEM COM 90G;	90	UNIDADE	13,90	1.251,00
210	PEDRA POMES EXTRA FINA - EMBALAGEM COM 100G. PÓ EXTRA FINO. POSSUI TAMPA FLIP TOP, ERGO, METRICAMENTE TESTADA;	60	UNIDADE	4,38	262,80
211	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO N317, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL;	60	UNIDADE	14,18	850,80
212	PINÇA METÁLICA PORTA GRAMPO ENDODÔNTICO TIPO PALMER PARA USO EM ISOLAMENTO ABSOLUTO AUTOCLAVÁVEL E FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL;	10	UNIDADE	71,43	714,30
213	PLACA DE VIDRO LISA, POLIDA, FINA, 6MM;	20	UNIDADE	10,22	204,40
214	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM WIDEA 14CM, AÇO INOX COM PONTA DE WIDEA;	10	UNIDADE	150,68	1.506,80

249	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA E POLIMENTO, EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE, COR BRANCA;	300	UNIDADE	1,42	426,00
250	TAMBOREL PARA APOIO DE LIMAS, EM POLÍMERO DE ALTA PERFORMANCE, CORES DIVERSAS, AUTOCLAVAVEL;	30	UNIDADE	18,36	550,80
251	TESOURA CIRURGICA ÍRIS, PONTA FINA E RETA, 12CM, CORTE PRECISO E DURADOURO, EM AÇO INOXIDÁVEL;	50	UNIDADE	18,40	920,00
252	TIRA DE LIXA AÇO INOX, ACABAMENTO DE AMÁLGAMA 4 MM, MALEÁVEL - EMBALAGEM COM 12 UNIDADES;	80	ENVELOPE	8,09	647,20
253	TIRA DE POLIÉSTER PRÉ-CORTADA, FLEXÍVEL, TAM APROXIMADO DE 0,05X 10X 100MM. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES;	40	UNIDADE	1,17	46,80
254	TOUCA DESCARTAVEL TNT C/ ELÁSTICO PACOTE C/ 100, USO ÚNICO E DESCARTÁVEL;	40	PACOTE	7,10	284,00
255	TOUCA DESCARTAVEL TNT C/ ELÁSTICO PACOTE C/ 100, USO ÚNICO E DESCARTÁVEL, COR BRANCA;	40	PACOTE	11,35	454,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO				61.554,85

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 2703.02/2025

GRUPO 8

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
152	KIT ALAVANCAS APICAIAS 301, 302 e 303 COM LÂMICAS AFIADAS, LONGAS, FINAS E CÔNCAVAS, EM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	60,63	606,30
153	KIT ALAVANCAS CIRURGICAS TIPO SELDIN/BANDEIRINHA - UMA ALAVANÇA CURVA ESQUERDA, UMA ALAVANCA CURVA DIREITA E UMA ALAVANCA RETA, TAMANHO 15CM, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OCO	10	UNIDADE	100,42	1.004,20
154	KIT C/ 7 BROCAS DE ACABAMENTO FINO, DIAMANTADAS DE ACABAMENTO PARA ALTA ROTAÇÃO	50	KIT	49,81	2.490,50
155	KIT DE ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO ENDODÔNTICO EM METAL;	10	KIT	51,30	513,00
156	KIT DE POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS, CONE INDICADOR; KIT COM 7 PEÇAS, POTE AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	93,27	466,35
157	KIT DE POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS INFANTIL, CONE INDICADOR; KIT COM 7 PEÇAS, POTE AUTOCLAVÁVEL;	5	UNIDADE	93,27	466,35
158	KIT ENDO IRRIGAÇÃO E ASPIRAÇÃO -KIT COM 1 SERINGA DE 5ML + 1 PONTA PARA IRRIGAÇÃO DE 29G 25MM + 1 PONTA PARA IRRIGAÇÃO 29G 21MM + 1 PONTA DE ASPIRAÇÃO 0,48MM (0.019) + 1 PONTA DE ASPIRAÇÃO 0,36MM (0.014) + 1 PONTA DE APLICAÇÃO WHITE MAC TIP + 1 ADAPTADOR LUER VACUUM + 1 AGULHA PARA IRRIGAÇÃO.	20	KIT	55,14	1.102,80

164	LIMA ENDODÔNTICA NÚMERO 30, DE 1ª SÉRIE, TIPO K, DE 25 MM. EM AÇO FLEXÍVEL PARA INSTRUMENTAÇÃO DOS CANAIS RADICULARES, EMBALAGEM CONTENDO 06 UNIDADES;	10	CAIXA	14,35	143,50
165	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA 25/06 25MM. BLISTER COM 06 UNIDADES DE TAMANHO ÚNICO;	50	KIT	104,97	5.248,50
166	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA 25/06 31 MM. JOGO COM 06 UNIDADES;	50	KIT	118,55	5.927,50
167	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA 25/06 21 MM. JOGO COM 06 UNIDADES;	50	KIT	112,08	5.604,00
168	LIMA ENDODONTICA ROTATORIA KIT SORTIDO CONTENDO 04UNIDADES DE 25 MM (#15/04, #20/06 25/06, #35/04);	60	KIT	116,30	6.978,00
169	LIMAS ENDODÔNTICAS ESPECIAIS FLEXOFILE 06MM, TAMANHO 21MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	125,63	3.768,90
170	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS SÉRIE ESPECIAL FLEXOFILE, ISO Nº06MM, EM AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL, TAMANHO 25MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	12,13	363,90
171	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS SÉRIE ESPECIAL FLEXOFILE, ISO Nº08MM, EM AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL, TAMANHO 21MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	11,46	343,80
172	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS SÉRIE ESPECIAL FLEXOFILE, ISO Nº08MM, EM AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL, TAMANHO 25MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	13,98	419,40
173	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS SÉRIE ESPECIAL FLEXOFILE, ISO Nº10MM, EM AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL, TAMANHO 21MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	11,53	345,90
174	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS SÉRIE ESPECIAL FLEXOFILE, ISO Nº10MM, EM AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL, TAMANHO 25MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	12,20	366,00
175	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS TIPO K FLEXOFILE DE 1ª SÉRIE Nº 15. TAMANHO 25 MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	18,04	541,20
176	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS TIPO K FLEXOFILE MANUAIS DE 1ª SÉRIE DE 15 A 40. TAMANHO 21MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	16,13	483,90

177	LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS TIPO K FLEXOFILAS MANUAIS DE 1ª SÉRIE DE 15 A 40. TAMANHO 25MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	12,63	378,90
178	LIMAS ENDODÔNTICAS TIPO K FLEXOFILAS MANUAIS DE 1ª SÉRIE . TAMANHO 31 MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	11,97	359,10
179	LIMAS ENDODÔNTICAS TIPO K FLEXOFILAS MANUAIS DE 2ª SÉRIE . TAMANHO 31 MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	12,37	371,10
180	LIMAS ENDODÔNTICAS TIPO K FLEXOFILAS MANUAIS DE 2ª SÉRIE DE 45 A 80. TAMANHO 25MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	12,88	386,40
181	LIMAS ENDODÔNTICAS TIPO K FLEXOFILAS MANUAIS DE 2ª SÉRIE DE 45 A 80. TAMANHO 31MM. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES;	30	BLISTERS	12,46	373,80
182	LIMAS ESPECIAIS EM AÇO FLEXÍVEL PARA INSTRUMENTAÇÃO DOS CANAIS RADICULARES Nº 08 TAMANHO 25 MM, EMBALAGEM CONTENDO 06 UNIDADES;	10	BLISTERS	20,51	205,10
183	LIMAS ESPECIAIS EM NÍQUEL TITÂNIO PARA INSTRUMENTAÇÃO DOS CANAIS RADICULARES Nº 06 TAMANHO 25 MM, EMBALAGEM CONTENDO 06 UNIDADES;	10	BLISTERS	159,87	1.598,70
184	LIMAS ROTATÓRIAS CONJUNTO COM LIMAS SX , S1, S2, F1, F2 E F3 DE 25 MM, FABRICADAS EM NÍQUEL-TITÂNIO;	20	CAIXA	117,55	2.351,00
185	LIMAS ROTATÓRIAS FABRICADAS EM NÍQUEL-TITÂNIO TAMANHOS F4 E F5, COMPRIMENTO 25 MM;	40	CAIXA	112,11	4.484,40
195	MANDRIL PARA CONTRA ÂNGULO ADAPTADOR DE BROCA DE ALTA ROTAÇÃO PARA BAIXA ROTAÇÃO , EM AÇO INOXIDÁVEL, 13MM;	20	UNIDADE	43,85	877,00
198	MATRIZ DE AÇO INOXIDÁVEL ODONTOLÓGICA, FORMATO FITA, ROLO DE 50 CM, COM LARGURA DE 0,05X5MM, DESCARTÁVEL;	50	ROLO	1,23	61,50
200	MOLDEIRA PARA FLUOR SORTIDA EM CERA CAIXA COM 100 UNIDADES;	100	CAIXA	53,80	5.380,00
	TOTAL GERAL ESTIMADO				54.011,00

OBS: A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR VALORES PARA TODOS OS ITENS QUE FORMAM O GRUPO. O VALOR NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA.